



MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO
FABS-RPPS

Aos dois dias do mês de setembro de 2014, reuniram-se os membros do COADFABS, nomeados pelas Portarias nº 69/SG/14, 34/SG/2013 :

Luiz Ghellar (ausente) , Daiani Mello dos Santos, Eliseu Morin , Rosemari Machado, João Roberto Borin, Valter Nunes Portalete (ausente), João Batista Rodrigues da Silva, Cleber de Castro (ausente), Renato Alves Ribas, Jeferson Toniazco, Alfredo Amaral Obregon, Noemi Rodrigueus de Freitas (ausente), Sandra Maria Back Ferreira, Guilherme Rademacher Aiolfi, Gilberto Bomm, Rosani Maria Lima Stocker (ausente).

Passou-se a tratar da eleição do Presidente do Conselho, nos termos do § 2º do artigo 19 da Lei Municipal nº 3.611/2012, por consenso foi eleito o Sr. Alfredo Amaral Obregon.

A seguir, o comitê gestor fez uma explanação sobre os recursos financeiros do FABS, sobre o cálculo atuarial vigente e os procedimentos gerais de funcionamento da Unidade Gestora. Ainda, fez-se uma explanação sobre as despesas mensais do FABS, que no dia encerramento da folha do mês de agosto de 2014, estavam contemplados na mesma 806 pessoas, sendo 188 pensionistas, 547 inativos, auxílio maternidade 10, auxílio doença 52 e estatutários da UG 09, importando em R\$1.376.870,28 de folha bruta, sendo R\$121.044,73 relativo a bônus alimentação que são pagos pelo tesouro municipal.

Em relação a receita até 31 de julho de 2014 - balancete encerrado, houve um acréscimo patrimonial de R\$5.087.801,50, oriundos de:

Compensação Previdenciária	= R\$2.458.946,41
Rentabilidades Renda Fixa	= R\$2.007.011,46
Rentabilidades Renda Variável	= R\$ 282.299,90
Sobra de alíquota + parcelamentos	= R\$ 339.543,73.

Estão vigentes, 02 acordos de parcelamentos o primeiro oriundo de 2010, relativo a Plano de Saúde, Bônus Alimentação, e atraso de repasses patronais, finda em dezembro de 2015. O segundo é de 2012, em 36 parcelas, que findam em dezembro de 2015.

Em sentenças judiciais, foram empenhadas em torno de R\$128.000,00.

Cálculo atuarial, alíquotas vigentes de 11% do servidor, 11% do empregador e 18% de alíquota suplementar empregador. Está previsto o aumento gradativo dessas alíquotas. Nos termos da Lei Previdenciária a amortização de passivo poderia ocorrer num prazo máximo de 35 anos a contar de 2008, sendo que a previsão atual

é de chegar ao fim desse período com uma alíquota suplementar de 50,30%. No momento há previsão de acréscimo de alíquota patronal normal a partir de janeiro de 2015 de 11% para 12,30% e da alíquota suplementar em 2015 para 21%, em 2016 para 26%, em 2017 para 31%, assim sucessivamente até em 2040 atingir os 50,30%. Isso tudo mantidas as regras atuais, por isso a obrigação de fazer um cálculo atuarial anual e registrá-lo no MPS.

Os assuntos foram discutidos pelos presentes, sem nada a acrescentar em ata.

Nada mais havendo a contar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada.

Luiz Ghellar (ausente)



Eliseu Morin


João Roberto Borin


João Batista Rodrigues da Silva


Renato Alves Ribas


Alfredo Amaral Obregon


Sandra Maria Back Ferreira


Gilberto Bomm


Daiani Mello dos Santos


Rosemari Machado

Valter Nunes Portalete (ausente)

Cleber de Castro(ausente)


Jeferson Toniazzi

Noemi Rodrigeus de Freitas (ausente)


Guilherme Rademacher Aiolfi

Rosani Maria Lima Stocker (ausente)